opiniaosocialista.com.br @opiniaosocialista opiniaosocialista opsocialista (11) 94101.1917

OPINIÃO SOCIALISTA

BRASIL
LULA PRECISA AGIR PARA PROTEGER OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E SEUS POVOS
Pág. 51

MUNDO
LEVANTE DE ESTUDANTES E TRABALHADORES INCENDEIAM A EUROPA
Pág. 55

Pág. 11

A FORÇA DAS RUAS, A DERROTA DE BOLSONARO E O AJUSTE FISCAL DO GOVERNO LULA CONTRA OS TRABALHADORES

NENHUM APOIO AO GOVERNO! OPOSIÇÃO DE ESQUERDA PARA SUPERAR O PT E ENTERRAR O BOLSONARISMO

N° 718 | 5 a 19 de novembro de 2026 | Ano 30

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

NOTAS

Ato em frente à Meta vai exigir devolução da conta de Chavoso da USP Pág. 4 e 5

Pág. 6 a 10

EDITORIAL

ENFRAQUECIMENTO DA EXTREMA DIREITA E OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES

Pág. 11 a 19

CENTRAIS

MOBILIZAÇÕES DE MASSAS IMPUSERAM DERROTA A FLÁVIO BOLSONARO E EXTREMA DIREITA

Pág. 20 a 28

CENTRAIS

A FORÇA DAS RUAS, O NOVO GOVERNO LULA E OS LIMITES DA CONCILIAÇÃO

Pág. 29 a 33

BRASIL

SUPER EL NIÑO COLOCA A AMAZÔNIA EM ALERTA E EXPÕE DESIGUALDADE CLIMÁTICA

Pág. 34 a 37

BRASIL

META SOBE NO PALANQUE DA EXTREMA DIREITA

Pág. 38 a 46

DEBATE

PARA ONDE VAI O PSOL? UM RESULTADO ELEITORAL QUE NÃO RESOLVE SEU DILEMA

Pág. 47 a 50

BRASIL

EXTREMA DIREITA PROMOVE DEMISSÕES E BOICOTES CONTRA QUEM VOTOU NO 13

Pág. 51 a 54

MUNDO

LULA PRECISA AGIR PARA PROTEGER OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E SEUS POVOS

Pág. 55 a 59

REPORTAGEM

ESTUDANTES E TRABALHADORES INCENDEIAM A FRANÇA

Pág. 60 a 63

MUNDO

PORTUGAL: “A ACAMPADA TEM FEITO O GOVERNO TREMER”

Pág. 64 a 67

PARTIDO

RADICALIZE-SE: SEJA UM MILITANTE COMUNISTA!

N° 718 | 5 a 19 de novembro de 2026 | Ano 30

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00

SOCIALISTA EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Opinião Socialista Ltda.

CNPJ: 55.446.524/0001-00 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)
REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar
DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

@opiniaosocialista
Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp
opinião@pstu.org.br
Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

NOTA

META NÃO SE META!

Ato em frente à Meta vai exigir devolução da conta de Chavoso da USP



Chavoso da USP. Foto: arquivo pessoal

No dia 16 de novembro, data em que se completa um ano da desativação da conta do Instagram de Thiago Torres, o Chavoso da USP, ocorre um ato em frente à Meta, na capital paulista. A manifestação vai exigir a devolução da conta de Thiago, banida quando ele somava mais de 1 milhão de seguidores.

A única informação dada pela Meta foi que a conta não seguia "os padrões da comunidade". Quais padrões? Um negro periférico de esquerda falando sobre política, opressão e comunismo?

Essas eleições mostraram como os algoritmos das *big techs*, incluindo a Meta, não são neutros

tampouco imparciais. Enquanto políticos da extrema direita como Nikolas Ferreira são empurrados goela abaixo para milhões de pessoas, perfis de esquerda têm seu alcance restringido, quando não simplesmente banidos, como ocorreu com Chavoso.

No dia 16 de novembro, vamos à frente da sede da Meta exigir: Meta não se meta, devolva a conta do Chavoso da USP!■

LANÇAMENTO EM BREVE!

Cuba 11J: Perspectivas contra-hegemônicas dos protestos sociais



EDITORIAL

Enfraquecimento da extrema direita e os desafios dos trabalhadores



Ato em São Paulo (SP) contra a candidatura de Flávio Bolsonaro. Crédito: PSTU-SP

Enquanto fechávamos esta edição, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acabava de sofrer uma derrota acachapante nas chamadas eleições de meio de mandato. Sem a maioria no Legislativo, o poder do chefe do imperialismo estadunidense será severamente limitado, e ele pode se transformar num pato-manco até o final do mandato.

Imprevisível, não se sabe ainda qual será sua reação. Dobrará a aposta com ataques militares e econômicos contra outros países, atentará contra o regime de seu próprio país ou se resignará? O certo é que foi uma derrota dos líderes da extrema direita mundial. Isso se combina com a derrota

eleitoral de Flávio Bolsonaro no Brasil possibilitada por um grande movimento de massas que escapou do controle do próprio governo Lula.

Também em outros países a extrema direita capacha de Trump passa por maus momentos. Na Argentina, Javier Milei vive um recorde de rejeição em meio a um aprofundamento da crise econômica e social. No Paraguai, o presidente Santiago Peña corre o risco de cair após a quebra do principal banco do país, o Ueno Bank. Peña foi acionista do banco e, em seu mandato, a instituição teve um crescimento exponencial, algo bem parecido ao que aconteceu com o Master aqui, com a diferença que, no Paraguai, 40% da população tinha suas reservas depositadas no banco.

OS VENTOS ESTÃO MUDANDO?

À derrota de Trump e Bolsonaro e à crise dos governos de extrema direita na América Latina, soma-se uma verdadeira onda de mobilizações no outro lado do oceano. Impulsionados principalmente pela juventude, protestos de massa tomam conta de França, Espanha, Portugal e chegam a Alemanha, Itália, Sérvia e Grécia.

A Europa, que vinha testemunhando um vertiginoso crescimento da extrema direita (como nas recentes eleições na Alemanha), vive uma onda de ascenso que, com suas especificidades, bate de frente com uma profunda crise habitacional, alta no custo de vida e deterioração dos serviços públicos.

Certamente os ventos da luta de classes no antigo continente foram fundamentais para inflar as

mobilizações que derrotaram Flávio Bolsonaro no Brasil, que, por sua vez, retroalimentam as manifestações por lá, assim como ajudaram a aumentar a rejeição a Trump no coração do império.

Seria precipitado, porém, decretar a morte da extrema direita no mundo. Fruto da decadência capitalista e da desmoralização dos governos dirigidos por partidos ditos de esquerda, as condições para que sobrevivam, e até mesmo se fortaleçam lá na frente, continuam subsistindo.

ORGANIZAÇÃO E LUTA INDEPENDENTE DA CLASSE TRABALHADORA

Nos EUA, o Partido Democrata capitalizou a rejeição a Trump. Longe de ser um partido de esquerda ou da classe trabalhadora, é um partido que administra o imperialismo estadunidense de forma mais previsível que Trump. Mas tampouco abre mão de seu domínio sobre o planeta. Apostar num imperialismo mais humano ou no abandono de uma Doutrina Monroe na América Latina é apostar no erro. Ainda mais num momento de acirramento de uma disputa interimperialista com a China, que abrange o domínio das terras raras no planeta.

Da mesma forma, a derrota eleitoral de Bolsonaro no Brasil foi importante para conter as ameaças às liberdades democráticas da extrema direita, mas o reeleito governo Lula também atacará a classe trabalhadora. Já prepara um pacote de ajuste fiscal que inevitavelmente recairá sobre as costas dos trabalhadores e da juventude.

As mobilizações no Brasil e as manifestações que cortam a Europa mostram que só a ação direta da classe trabalhadora organizada pode conter os ataques que, em cada país, se traduzem cada vez mais em piores condições de vida em prol dos lucros dos grandes monopólios capitalistas, sejam os países governados pela extrema direita, sejam pelos governos “progressistas”.

Nos EUA, a classe trabalhadora precisa se mobilizar contra a inflação, o desemprego e a carestia, sem nenhuma confiança nas direções do Partido Democrata que estão ganhando projeção. No Brasil, não podemos sair das ruas e temos de continuar mobilizados, sem nenhuma confiança no governo Lula, rejeitando qualquer ataque e exigindo nossas reivindicações, como a proteção dos povos originários e a demarcação das terras indígenas.

UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

Se a luta independente da classe trabalhadora e da juventude mostra que é a única forma de se contrapor aos retrocessos e ataques, também vai ficando cada vez mais evidente a necessidade de se superar a polarização entre a extrema direita e diferentes alternativas da burguesia que, a seu modo, gerenciam um capitalismo cada vez mais destrutivo, que rouba o futuro da juventude e coloca em xeque até mesmo o futuro da humanidade com a crise climática e ambiental.

Vai se colocando cada vez mais na ordem do dia a necessidade de se construir alternativas da classe trabalhadora que sejam, nos EUA, uma real alternativa ao Partido Democrata e, no Brasil, uma

superação à esquerda do projeto falido de conciliação de classes do PT. Assim como na Europa, por mais que as mobilizações se espraiem e abalem os governos de turno, sempre baterão de frente com governos que se apresentam como depositários da confiança das massas, sejam de extrema direita, sejam de esquerda, mas que continuarão conduzindo o mundo rumo à barbárie capitalista.

É necessário uma alternativa de classe, revolucionária e socialista, que aponte um horizonte comunista para a humanidade, uma nova forma de organização da sociedade, sem exploração e nenhum tipo de opressão. Um mundo onde os recursos e o meio ambiente não sejam sugados até o fim em nome do lucro de 0,1% da humanidade, que destrói o próprio planeta para acumular cada vez mais riqueza. Um mundo comunista onde a juventude tenha esperança.

É a isso que se propõe o PSTU e a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI). ■

2° TURNO

Mobilizações de massas impuseram derrota a Flávio Bolsonaro e extrema direita

Movimento histórico tomou para si a campanha contra a extrema direita e realizou virada inédita contra o bolsonarismo

DA REDAÇÃO



Ato na paulista mobiliza milhares de eleitores no segundo turno. (SP).
Foto: Mídia Ninja

Dia 5 de outubro de 2026. Contrariando praticamente todas as pesquisas, Flávio Bolsonaro emerge como grande vitorioso do primeiro turno das eleições, com 47% dos votos, à frente de Lula, com pouco mais de 45%. Um resultado que contrariava os institutos de pesquisa, mas não a altíssima rejeição enfrentada pelo terceiro mandato de Lula.

Se por um lado o filho de Jair Bolsonaro já se considerava eleito, planejava seu ministério e falava em mudar a Constituição, por baixo começava uma intensa efervescência social contra a extrema direita. Não deram 24 horas do fechamento das urnas, começaram a explodir manifestações espontâneas, absolutamente por fora do controle da campanha do PT e dos aparatos oficiais. A passeata dos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) já na segunda-feira acendeu um rastilho de pólvora que se estendeu por São Paulo e todo o país.

Das capitais às pequenas cidades do interior, as ruas se inundaram num dos maiores processos de mobilização da história do país. Uma onda de protestos fundamentalmente contra a extrema direita, suas ameaças às liberdades democráticas, mas também contra a ameaça do tesouraço de Flávio, em defesa dos serviços públicos, do meio ambiente e dos programas sociais.

MOBILIZAÇÃO ESPONTÂNEA

Na prática, o movimento se organizava de forma independente e tomava para si a campanha contra o bolsonarismo. As manifestações desmentiram na prática o discurso surrado repetido pelo PT, de que é preciso acenar ao centro e à direita para vencer as eleições. Lula tentou se aproximar ainda mais de setores do centrão, chegou a defender a pauta da extrema direita de redução da maioridade penal, mas o que garantiu a vitória foi a força das ruas.

Brigadas de “vira-voto” foram se organizando nos bairros, periferias, locais de trabalho, escolas e universidades. O “Exército do Janones” cumpriu

um papel importante nas redes, apesar de seguir a linha oficial do governo, mas só foi possível amparado num exuberante movimento de massas. Um processo que uniu manifestações com centenas de milhares de pessoas à discussão política individual com colegas de trabalho e familiares.

Nas semanas que compreenderam o segundo turno, a força do movimento produziu uma intensa politização no país. Gente que nunca havia discutido política deixou a apatia de lado e não só começou a se interessar, como muitos se integraram de modo espontâneo à campanha contra o bolsonarismo.

VIRADA HISTÓRICA

Dia 25 de outubro de 2026. O final do dia marcava uma virada histórica, com a eleição de Lula com 51,7%, contra 48,2% de Flávio Bolsonaro, uma vantagem de impressionantes 4,4 milhões de votos. Uma virada inédita tanto pela superação dos votos contra o primeiro colocado na primeira votação quanto pela redução das abstenções. As cenas de idosos com muletas, em macas, respiradores indo votar causaram uma verdadeira comoção e rodaram o mundo.

As comemorações que tomaram as ruas tinham razão de ser. A mobilização enfrentou e derrotou a ameaça da extrema direita nas urnas, derrotou a Meta (dona de WhatsApp, Facebook e Instagram), que privilegiou de forma flagrante a campanha da extrema direita, e a tentativa de boicote pelas prefeituras de Bruno Reis, em Salvador, e Ricardo Nunes, na capital paulista – eles retiraram parte da frota de ônibus no dia da votação.

A fuga patética de Flávio Bolsonaro, articulada com os governos Trump e Milei, por fim, coroou a desmoralização do bolsonarismo.

A força das ruas desmontou o discurso surrado da direção do PT e do governo Lula, de que, para vencer a eleição, é necessário ir cada vez mais à direita

ANÁLISE

Uma vitória e suas contradições

A mobilização que derrotou a extrema direita nas urnas foi uma vitória inconteste. Mostrou, na prática, a falácia da falta de correlação de forças para enfrentar a ultradireita. Duas semanas de mobilizações massivas não só inverteram a tendência eleitoral, como foram fundamentais para a aprovação do fim da escala 6×1 no Senado, além de fortalecerem pautas como a soberania e os direitos sociais.

Puxadas pela juventude, expressa ainda um processo que ocorre em várias partes do mundo, agora sobretudo na Europa, onde estudantes e juventude trabalhadora saem às ruas contra a crise habitacional, em defesa da educação e chegam a contestar o próprio sistema. Algo que já vinha acontecendo antes, com a chamada geração Z se insurgindo contra o status quo.

O NOVO GOVERNO LULA NÃO É UM GOVERNO DOS TRABALHADORES

A mobilização massiva que derrotou a extrema direita, no contexto de uma disputa eleitoral de segundo turno significou também a eleição de um novo governo Lula. Um governo já desgastado justamente por sua política de conciliação de classes e medidas como o arcabouço fiscal, que resultou num mandato que atuou com e para os grandes monopólios capitalistas, o grande agronegócio e os banqueiros. E que, por isso, não só mudou de forma estrutural as condições de vida da grande maioria da população, como as pioraram ainda mais.

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF), o não cumprimento de promessas, como a revogação da reforma trabalhista, e a alta inflação e deterioração das condições de trabalho mostraram ao povo um governo do PT que aparecia como o defensor do sistema. Enquanto isso, a extrema direita, de forma hipócrita, colocava-se como antissistema, embora seja a pior parte dele. Então, mesmo com Bolsonaro derrotado na eleição presidencial, o bolsonarismo teve uma votação histórica que angariou enormes bancadas na Câmara e no Senado. A própria votação de Flávio Bolsonaro, com 60 milhões de votos, revela o peso que a extrema direita mantém.

Isso reafirma que o projeto falido de conciliação do PT não só não é capaz de melhorar a vida da classe trabalhadora e da população, como acaba se convertendo em mola propulsora para a extrema direita. Lá em 2022 o governo do PT afirmava que elegendo Lula se derrotaria o

bolsonarismo. Quatro anos depois, a extrema direita não só não diminuiu, como se fortaleceu.

A EXTREMA DIREITA SEGUE FORTE

A derrota de Flávio Bolsonaro foi fruto, de forma determinante, da ação independente das massas. Mas as eleições também mostraram que não se derrota a extrema direita pela via eleitoral, muito menos com uma política de conciliação com o centrão e até setores da própria extrema direita.

Por outro lado, a ação direta de milhões de jovens e trabalhadores, com iniciativa e organização, empoderam o movimento e já há mostras de que não foi um cheque em branco. As críticas e exigências ao governo diante dos ataques que povos originários vem sofrendo de mineradoras, fazendeiros e a extrema direita, assim como a resistência a um novo ajuste fiscal que se desenha, mostram que será difícil cooptar esse movimento, cuja grande parte já fez a experiência com a política de conciliação e indica que não aceitará ataques ou acordões.

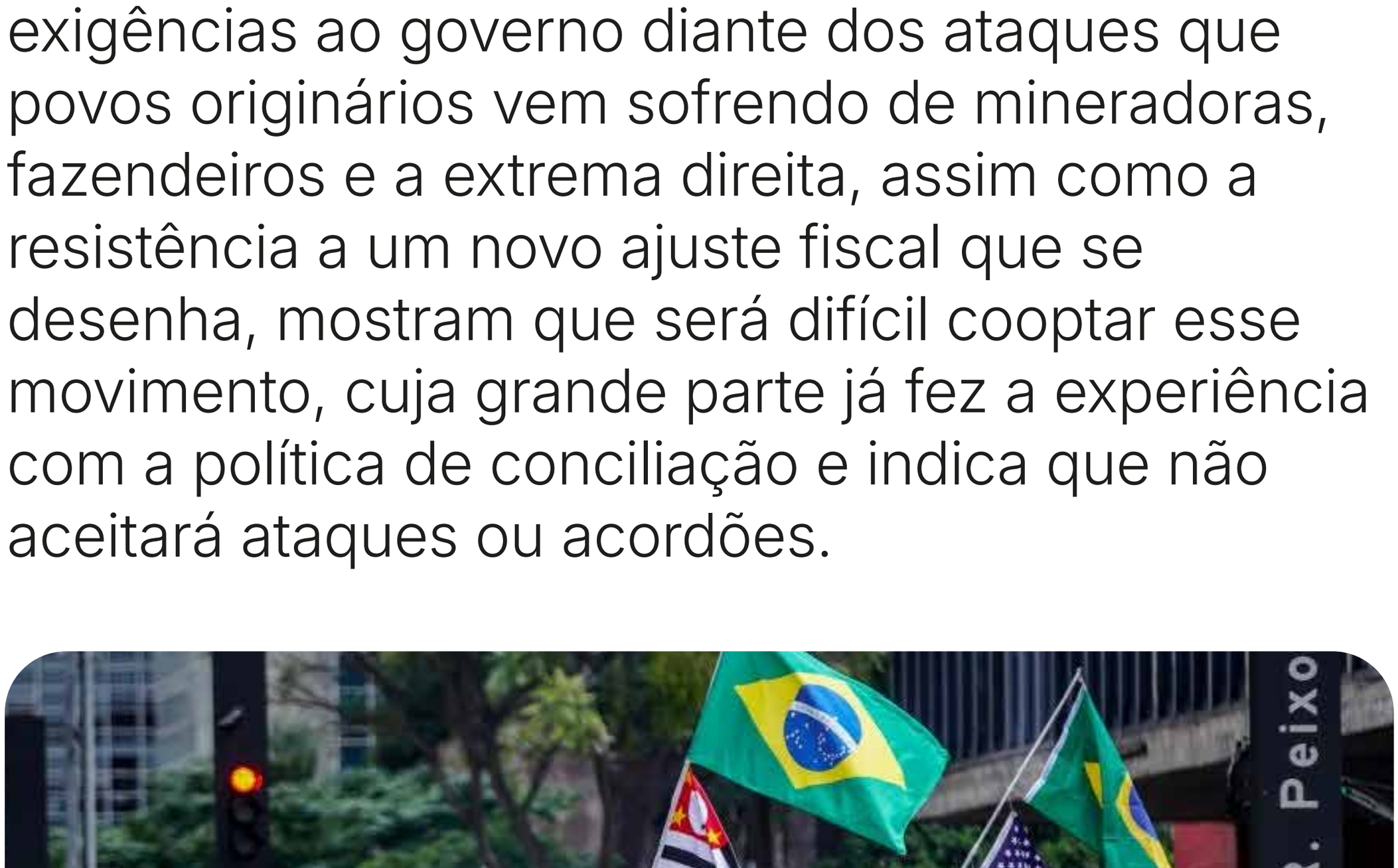


Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O bolsonarismo teve uma derrota eleitoral importante, mas a extrema direita se mantém forte, mostrando, mais uma vez, que só será enterrada ao mudarem as condições sociais e econômicas sobre as quais se ampara

VOTO CRÍTICO

Nos dois turnos, PSTU apresentou uma política de classe e independente



Ato em São Paulo (SP) contra a candidatura de Flávio Bolsonaro. Crédito: PSTU-SP

O PSTU apresentou a candidatura de Hertz Dias e Vanessa Portugal no primeiro turno a fim de discutir e defender um programa revolucionário e socialista para o Brasil, que atinja a fundo as

razões do nosso retrocesso e degradação social. Um programa que coloca a necessidade de expropriar os grandes monopólios capitalistas que controlam grande parte da nossa economia, e a questão da soberania nacional, sob a perspectiva dos trabalhadores, no centro do debate. Junto a isso, a necessidade de construir uma alternativa da classe trabalhadora que supere a polarização entre duas alternativas capitalistas.

No segundo turno, o PSTU chamou o voto crítico em Lula, sem nenhum apoio ao governo. Isso porque, embora ambos representem formas distintas de continuar administrando o capitalismo, um eventual governo Flávio Bolsonaro se colocava de forma declarada como uma ameaça às liberdades democráticas e, por isso, piores condições de se lutar contra os ataques que virão. Além de combater o bolsonarismo, foi o melhor também para explicar aos trabalhadores o caráter capitalista do governo Lula e apontar para a necessidade de fazer uma oposição de esquerda a este governo. Por isso, o PSTU esteve ativamente nas manifestações e na organização de Blocos do Voto Crítico em todo o país, aglutinando ativistas para virar votos e derrotar o bolsonarismo, mantendo total independência política.

Junto a isso, o PSTU pautou a necessidade de se superar o PT e a política de conciliação de classes pela esquerda. Ao contrário da esquerda da ordem, que apoia e se coloca como base do governo Lula como forma de combater a extrema direita, o PSTU alertou que é a própria política do governo do PT, como o arcabouço fiscal, uma política econômica de austeridade e a

manutenção da reforma trabalhista, assim como as privatizações e a entrega do país, que, além de piorar a vida do povo, mantém e aprofunda as condições sociais e econômicas para o fortalecimento da extrema direita. Por isso, o PSTU se posicionou, e continuará se colocando, como oposição de esquerda ao governo Lula.

A atuação independente do PSTU, colocando a necessidade imediata de se derrotar, nas urnas, a extrema direita, quanto à necessidade de não se depositar nenhuma confiança num novo governo Lula, encontraram ressonância em parte importante do ativismo, que está chegando à conclusão da necessidade de se radicalizar, e de que a saída para a crise não está nas eleições ou em projetos de alianças com a burguesia e o imperialismo.■



Ato no Largo do Batata em SP. Foto: Maísa Mendes

2° TURNO

A força das ruas, o novo governo Lula e os limites da conciliação

JÚLIO ANSELMO, DA REDAÇÃO



Janones abraça o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva nas Eleições 2026. Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

A eleição terminou. Milhões de trabalhadores e jovens mostraram a força da mobilização. A derrota eleitoral de Flávio Bolsonaro era uma tarefa fundamental. Era preciso impedir que suas ameaças autoritárias avançassem sobre as liberdades democráticas e dificultassem a luta dos trabalhadores contra os ricos e poderosos.

Mas a vida dos trabalhadores e da juventude segue carcomida pelas contradições de um sistema feito para enriquecer um punhado de conglomerados capitalistas, enquanto os trabalhadores enfrentam salários baixos, jornadas extenuantes, empregos precários, falta de

moradia e serviços públicos de péssima qualidade.

O GOVERNO LULA DIANTE DA NOVA CONJUNTURA

Durante muitos anos, o PT afirmou que não fazia mais pelos trabalhadores porque faltava correlação de forças. No segundo turno, as mobilizações incidiram sobre a realidade, abriram uma nova conjuntura e alteraram, em alguma medida, essa correlação. O que o PT fará diante disso?

Logo após a vitória, Lula anunciou que pretende pacificar o país. Isso significa governar com a direita, o mercado e o sistema. O governo já conversa com Alcolumbre, Motta e todo o Centrão.

A justificativa é que isso supostamente isolaria o bolsonarismo. O absurdo é que o próprio Alcolumbre tenta costurar um acordão envolvendo o STF, o que pode culminar na libertação de Jair Bolsonaro, para conseguir o apoio do PL à sua reeleição para a presidência do Senado. Qual será a atitude do PT diante disso?

Apesar da vitória eleitoral, o governo do PT enfrenta desafios importantes. A extrema direita segue forte e tem presença e peso históricos no Congresso, principalmente no Senado. Adotará uma linha de obstrução e enfrentamento permanente? Pressionará pelo impeachment de ministros do STF? A crise no Supremo continua, sem perspectiva de solução. Ainda não sabemos a extensão do possível acordão em negociação.

A burguesia segue cobrando, e o PT segue querendo fazer ajuste fiscal. Trump, apesar de sua derrota eleitoral, pode tomar novas medidas contra o Brasil. Mas o que mais preocupa o governo é o calor da mobilização dos trabalhadores que pode voltar às ruas a qualquer momento.

O PT não pode governar apoiado na mobilização para enfrentar o congresso. Isso atenta contra seu próprio projeto. Lula poderá até fazer um ou outro aceno para manter sua base eleitoral, mas, como sempre, serão iniciativas mais discursivas do que mudanças reais.

O PT tenta a todo custo, não acelerar nem aprofundar as mobilizações, mas controlá-las, esvaziá-las e colocá-las a serviço da defesa do governo. Se as mobilizações seguirem o caminho da luta pelas reivindicações dos trabalhadores, inevitavelmente, em alguma medida, entrarão em choque com o próprio governo.

UM GOVERNO CAPITALISTA

O novo mandato de Lula significa a manutenção de um governo que diz governar para todos, mas, na prática, atende aos interesses dos grandes grupos capitalistas brasileiros e internacionais.

Não é à toa que, logo após a divulgação do resultado, os indígenas precisaram ir à luta para denunciar as ameaças e violências dos bolsonaristas, cobrar providências diante da inação do governo Lula e exigir a demarcação de 73 territórios. Lembremos que foram os próprios indígenas que ocuparam a Cargill, no Pará, para

derrotar o governo Lula nessa disputa e fazê-lo recuar da privatização dos rios.

Derrotamos o projeto ultraprivatista de Flávio Bolsonaro. Mas foi eleito um governo que, no atual mandato, bateu recorde de privatizações e concessões de rodovias, portos, aeroportos e hidrovias. Também realizou, em outubro, mais um leilão do petróleo para empresas estrangeiras, além de incorporar pautas da direita, como a defesa da redução da maioridade penal.

Lula criou o arcabouço fiscal, mecanismo que formata o orçamento público segundo os interesses dos grandes capitalistas. Agora, com os juros ainda nas alturas, mesmo com o presidente do Banco Central escolhido por Lula, o governo já anunciou um novo ajuste fiscal, mostrando a quem o governo serve.

OS LIMITES DO PROJETO DO PT

Lula perdeu o primeiro turno mesmo depois de adotar uma série de medidas para ganhar popularidade, como o aumento de 15% no Bolsa Família. Isso mostra como são medidas insuficientes. O que o governo dá com uma mão, o sistema, a burguesia ou o próprio governo tira com a outra. Os trabalhadores não sentem que sua vida esteja melhorando. Por isso, há um importante desgaste do projeto do PT.

Esse neoliberalismo social, que combina o atendimento dos interesses do mercado com medidas sociais compensatórias, está esgotado. Ao manter intactas as estruturas que produzem decadência, desindustrialização e rebaixamento do país, reproduz um sistema que concentra

riqueza nas mãos dos capitalistas e aprofunda a pobreza dos trabalhadores. Lula e o PT tentam administrar e aperfeiçoar um sistema que não pode ser corrigido. Por isso, mesmo depois de vinte anos de governos do PT desde a redemocratização, persistem a desigualdade social, a barbárie e todo tipo de ataque aos trabalhadores.

Derrotar a extrema direita nas urnas foi apenas o começo; a verdadeira luta é contra um sistema que condena trabalhadores à precariedade para enriquecer os poderosos.

NÃO PAGAREMOS ESTA CONTA!

Não à retirada de direitos: preparar a luta contra o novo ajuste fiscal do governo!



Presidente Lula com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre. Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Durigan, atual ministro da fazenda de Lula, fala em rever benefícios sociais e ampliar o contingenciamento das áreas sociais. O governo sinaliza que vai mexer no cálculo dos pisos constitucionais da saúde e da educação, mantendo os percentuais no papel enquanto se reduz o volume de recursos.

Independentemente do caminho adotado pelo PT para fazer seu ajuste fiscal, o objetivo continuará sendo garantir que o orçamento do Estado vá para o bolso dos banqueiros e remunere os capitalistas, à custa de direitos sociais que atendem os trabalhadores.

Há outro caminho. Os grandes grupos capitalistas devem pagar a conta. Defendemos substituir a Lei de Responsabilidade Fiscal por uma Lei de Responsabilidade Social, ampliando as verbas da saúde e educação; sobretaxar os lucros dos grandes monopólios; suspender o mecanismo da dívida pública que serve aos banqueiros; acabar com emendas parlamentares e privilégios das cúpulas dos poderes; estabelecer salário de político e alto magistrado igual ao de professor; proibir remessa de lucro para o exterior e controlar capitais; e estatizar o sistema financeiro para direcionar crédito à produção e às necessidades populares.

EXIGIMOS DE LULA A CRIAÇÃO DA TERRABRAS JÁ! NÃO À ENTREGA DAS TERRAS RARAS AOS MONOPÓLIOS ESTRANGEIROS!

O governo negocia com empresas dos Estados Unidos, da China e da Europa a exploração de minerais estratégicos. Não basta exigir que processem o minério aqui. Se os monopólios

continuarem donos da tecnologia e dos lucros, continuará a dependência.

Exigimos a Terrabras estatal, sob controle dos trabalhadores, com pesquisa, extração, processamento e fabricação de produtos ligados às terras raras. Soberania significa controlar a produção, a tecnologia e o excedente econômico.

ESTATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS! USAR A RIQUEZA PRODUZIDA NO BRASIL PARA REINDUSTRIALIZAR O PAÍS!

Mineração, siderurgia, metalurgia, petróleo, energia, química, celulose, bancos e infraestrutura produzem mais de R$ 600 bilhões de lucro operacional por ano. Grande parte dessa riqueza engorda os cofres de acionistas e vai para o exterior ou para o mercado financeiro.

Estatizados e sob controle dos trabalhadores, esses setores poderiam financiar reindustrialização, moradia, serviços públicos, pesquisa e empregos com direitos. Com planejamento, investimentos e manutenção garantidos, o excedente deve servir às necessidades populares, e não aos lucros privados.

GOVERNO DOS TRABALHADORES SEM CAPITALISTAS!

Garantir tarifa zero, demarcar terras indígenas, defender salários e recuperar o controle das riquezas nacionais são parte da mesma luta contra o sistema. Para derrotar a burguesia e o imperialismo que exploram os trabalhadores é preciso, com a força da mobilização, construir um governo dos trabalhadores sem capitalistas baseado na própria auto-organização dos trabalhadores.

NENHUM APOIO AO GOVERNO

Fortalecer a oposição de esquerda para superar o PT e enterrar o bolsonarismo



Ato em São Paulo (SP) contra a candidatura de Flávio Bolsonaro. Crédito: PSTU-SPtt

Depois de derrotar nas urnas o projeto da extrema direita bolsonarista, ligada a Trump, os trabalhadores estão mais fortes e moralizados. Mas a luta precisa continuar. É necessário defender as reivindicações dos trabalhadores contra a política econômica neoliberal do governo Lula e, ao mesmo tempo, enfrentar a oposição bolsonarista e as ameaças de Trump.

Isso só pode ser feito de forma coerente com independência política dos trabalhadores diante do governo. Apoiar setores burgueses não contribui para desenvolver a consciência política socialista nem para fortalecer a mobilização e a organização necessárias à derrota do capitalismo. Por isso, chamamos os trabalhadores a não depositar

confiança nem dar apoio ao governo Lula.

Só assim conseguiremos inclusive derrotar de fato a extrema direita. Basta ver que, após mais quatro anos de governo Lula, o bolsonarismo segue forte. Para enterrá-lo de uma vez por todas, é preciso enfrentar o sistema capitalista que o alimenta. Contra qualquer ameaça golpista, ataque às liberdades ou agressão de Trump, defendemos ampla unidade de ação. Mas, mesmo nesses casos, é preciso preservar a independência política dos trabalhadores e não dar apoio político ao governo.

Mesmo a ala à esquerda do governo Lula, como o PSOL, até faz críticas, mas não rompe com ele, o que ajuda a alimentar ilusões de que seria possível avançar ao socialismo sem enfrentá-lo.

É preciso construir uma oposição de esquerda ao governo que fortaleça uma alternativa revolucionária capaz de superar o projeto de conciliação do PT, enterrar a extrema direita, com um programa revolucionário que leve ao enfrentamento contra a burguesia e o imperialismo, porque por dentro do sistema é impossível derrotar o sistema. ■

ÉGUA DO CALOR!

Super El Niño coloca a Amazônia em alerta e expõe desigualdade climática

Trabalhadores, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos são os que mais sofrem os efeitos de uma crise que coloca o lucro acima da vida

ROSI PANTOJA, DE BELÉM (PA)



Amazônia sofre com seca de rios e queimadas criminosas.
Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

A Amazônia está em alerta. O aumento das temperaturas, a possibilidade do Super El Niño e o crescimento dos focos de incêndio preocupam o Pará e toda a região. Os efeitos da crise climática atingem principalmente quem vive nas periferias e nos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

O calor afeta a saúde, o acesso à água, as condições de trabalho e a produção de alimentos. Mas seus impactos não são iguais para todos. Enquanto os mais ricos conseguem se proteger, a classe trabalhadora enfrenta temperaturas

extremas em casa, no transporte e nos locais de trabalho.

O desmatamento, a expansão do agronegócio e a exploração mineral agravam uma crise que tem origem em um modelo econômico baseado no lucro e na destruição da natureza.

O QUE É O SUPER EL NIÑO?

O El Niño é o aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial, que altera os padrões de chuva e temperatura. No Brasil, pode provocar secas e calor intenso em algumas regiões e chuvas volumosas em outras.

O Super El Niño ocorre quando esse aquecimento ultrapassa 2°C. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontou 95% de probabilidade de o fenômeno alcançar intensidade muito forte entre outubro e dezembro de 2026, podendo persistir até o início de 2027. O fenômeno se soma ao aquecimento global. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), 2024 foi o ano mais quente da série histórica brasileira, iniciada em 1961.

BELÉM ESTÁ ESQUENTANDO: QUEM CONSEGUE SE PROTEGER?

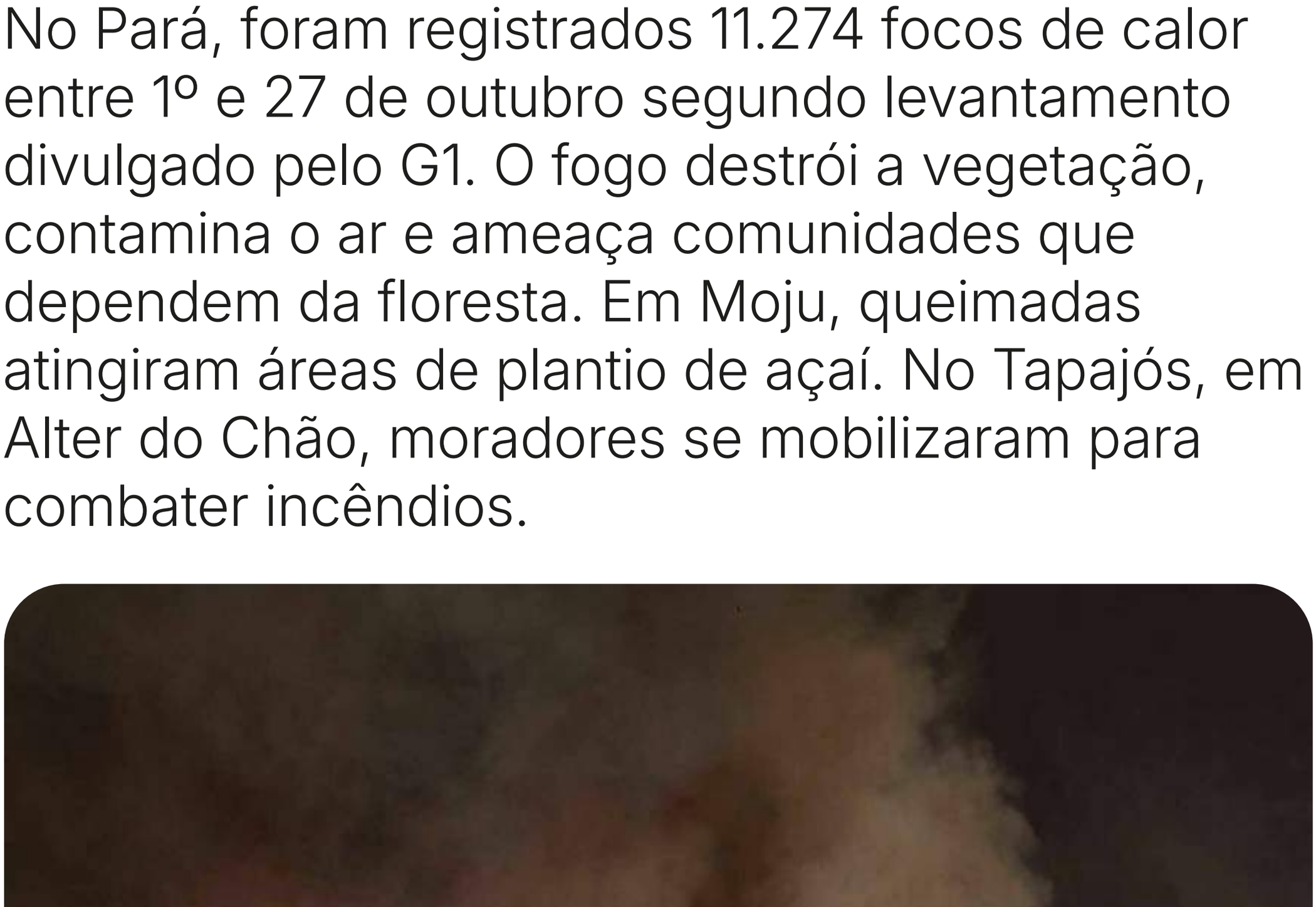
Em Belém, a média das temperaturas máximas passou de 31,9°C nos anos 1970 para 34,2°C em 2024. A situação é mais grave na periferia, onde predominam moradias precárias, pouca ventilação e falta de áreas verdes. Cerca de 745 mil pessoas vivem em comunidades urbanas precárias na capital. Nas escolas públicas, metade das salas não tem climatização adequada.

A desigualdade também aparece nas obras da cidade. A construção da Avenida Liberdade impactou cerca de 70 hectares de cobertura vegetal e foi apresentada como alternativa para o escoamento de produtos agropecuários e minerais.

INCÊNDIOS AMEAÇAM A FLORESTA E A POPULAÇÃO

O calor e a redução das chuvas aumentam o risco de incêndios, mas a destruição da Amazônia também é impulsionada pelo desmatamento, pela grilagem e pelas queimadas criminosas.

No Pará, foram registrados 11.274 focos de calor entre 1º e 27 de outubro segundo levantamento divulgado pelo G1. O fogo destrói a vegetação, contamina o ar e ameaça comunidades que dependem da floresta. Em Moju, queimadas atingiram áreas de plantio de açaí. No Tapajós, em Alter do Chão, moradores se mobilizaram para combater incêndios.



Amazônia sofre com seca de rios e queimadas criminosas. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

RACISMO AMBIENTAL: QUEM DESTRÓI NÃO É QUEM MAIS SOFRE

A crise climática tem responsáveis e vítimas. O avanço do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira pressiona os ecossistemas e os territórios tradicionais. O Dia do Fogo, em agosto de 2019, expôs a articulação de produtores rurais para promover queimadas na região da BR-163.

Os impactos recaem sobre quem menos contribui para a crise: indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, que enfrentam a perda de plantações, a contaminação dos rios e a destruição de seus territórios. Enquanto isso, grandes empresas acumulam riquezas.
No capitalismo, a natureza e a vida dos povos são colocadas a serviço do lucro.

A AMAZÔNIA PRECISA DE OUTRO MODELO

O PSTU defende colocar a vida dos trabalhadores e dos povos da Amazônia acima dos interesses empresariais. É necessário suspender megaprojetos que ameacem territórios, exigir estudos independentes de impacto e garantir às populações atingidas poder de decisão, respeitando a consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Defendemos a demarcação das terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, a reforma agrária, o combate à grilagem e ao garimpo ilegal e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

Também é preciso recuperar áreas degradadas, proteger rios e nascentes e fortalecer os órgãos ambientais. Nas cidades, são urgentes investimentos em moradia, saneamento, abastecimento de água, drenagem e arborização das periferias.

As decisões sobre o futuro da Amazônia não podem ficar nas mãos de governos e empresas. É preciso garantir a participação e o poder de decisão dos trabalhadores e das comunidades tradicionais.

O Super El Niño é mais um alerta de que não há tempo a perder. Defender a Amazônia é defender seus povos, seus territórios e as condições de vida da classe trabalhadora. A vida precisa estar acima do lucro!■

SOBERANIA DIGITAL

Meta sobe no palanque da extrema direita

Interferência da big tech *no processo eleitoral expõe o controle estrangeiro sobre nossos dados e redes. Nem as* big techs *nem o* firewall *de Estado servem aos trabalhadores*

ROMERITO PONTES,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)



Ato contra a interferência da Meta nas eleições. Foto: Sérgio Koei

A Meta, dona de Facebook, Instagram e WhatsApp, interferiu nas eleições de 2026 a favor da extrema direita. Os vídeos do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira tiveram mediana de 38 milhões de visualizações cada, 17 vezes o desempenho de outros nove deputados federais em proporção aos seguidores. Usuários denunciaram que a inteligência artificial (IA) da Meta no WhatsApp se recusava a fazer cartazes com "Vote Lula 13", mas fazia "Vote Flávio 22". A conta de anúncios da campanha de Lula sofreu restrições, e a própria empresa admitiu erros. Até

o comitê de supervisão criado pela empresa falou em “falhas recorrentes”.

Não é coincidência. As *big techs* e a extrema direita andam juntas. Nos Estados Unidos, os donos dessas empresas estavam todos na posse de Trump. Aqui, a Meta fala em falhas técnicas, mas as principais falhas beneficiaram a extrema direita. E, mesmo que fossem só erros, o problema seria o mesmo. Uma empresa estrangeira decide quem é visto no debate eleitoral, com regras que ninguém de fora consegue auditar. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu 48 horas para a Meta se explicar e ficou refém do que ela aceitou mostrar.

NOSSOS DADOS SÃO O TERRITÓRIO

Pesquisadores chamam de colonialismo de dados a apropriação da vida cotidiana, das conversas aos deslocamentos, como matéria-prima das *big techs*. E de imperialismo de plataforma o domínio de um punhado de empresas, quase todas estadunidenses, sobre a infraestrutura digital do planeta. A Meta tira praticamente toda a sua receita da publicidade. O que ela vende é a nossa atenção.

Os dados também moram fora. Segundo o Ministério da Fazenda, cerca de 60% dos dados e serviços de IA usados no país são processados no exterior. E a lei estadunidense, conhecida como CLOUD Act, permite ao governo dos EUA exigir dados de empresas estadunidenses onde quer que estejam.

Lula reclamou da Meta, mas não regulamentou as redes sociais. O projeto de lei das *fake news* está

parado na Câmara desde 2023, e nenhuma lei obrigou as plataformas a abrir seus algoritmos. Pior: o governo hospeda dados do Estado nas nuvens dessas mesmas *big techs*. A Nuvem de Governo usa serviços de Amazon, Google, Oracle e Huawei. E o governo ainda ofereceu às *big techs* R$ 5,2 bilhões em isenções para instalar data centers aqui por meio do Programa Redata. Quem reclama da raposa e entrega a ela a chave do galinheiro não defende soberania nenhuma.

As big techs e a extrema direita andam juntas. Nos Estados Unidos, os donos dessas empresas estavam todos na posse de Trump

FIREWALL NÃO É SOBERANIA

Há quem aponte o modelo chinês ou russo como alternativa, porque lá o Estado barrou as plataformas dos EUA. Mas essa soberania protege o Estado, não a população. Na Rússia, o Kremlin confirmou em 2026 o bloqueio do WhatsApp e empurra a população para o Max, um aplicativo estatal. Na China, a Lei de Inteligência Nacional, de 2017, obriga "todas as organizações e cidadãos" a "apoiar, auxiliar e cooperar" com o trabalho de inteligência do Estado. Trocar a vigilância de uma *big tech* pela de um Estado que persegue quem se opõe a ele não liberta ninguém. A luta por soberania digital não pode terminar nas fronteiras nacionais.

PROGRAMA

Uma saída dos trabalhadores

A alternativa não virá do Vale do Silício nem de Pequim. Começa por obrigar as plataformas que operam aqui a abrir algoritmos e código, proibir que dados sensíveis do Estado fiquem em nuvens estrangeiras e construir plataformas públicas, de código aberto, sobre infraestrutura própria. E exige expropriar as *big techs* e a infraestrutura digital das mãos de bilionários, colocando-as sob controle dos trabalhadores e dos usuários.

Nada disso sai do papel sem ter quem sabe fazer. Programadores, engenheiros da computação e trabalhadores de TI são parte da classe trabalhadora. Em 2024, o Google demitiu 28 funcionários que protestaram contra um contrato de nuvem com o governo de Israel. Essas empresas temem quando quem as faz funcionar se organiza. Cabe a esses trabalhadores se organizar nos sindicatos, nos coletivos e nas universidades e pôr o seu conhecimento a serviço de um projeto próprio, com software livre, plataformas públicas e redes sob controle democrático. A luta por soberania digital não pode terminar nas fronteiras nacionais. Precisamos unir os trabalhadores de tecnologia e os usuários de todo o mundo contra o poder dos monopólios digitais. ■

Precisamos unir os trabalhadores de tecnologia e os usuários de todo o mundo contra o poder dos monopólios digitais

ESQUERDA

Para onde vai o PSOL? Um resultado eleitoral que não resolve seu dilema

JOANA SALAY,
DE SÃO PAULO (SP)



Deputados Guilherme Boulos e Érika Hilton, da corrente Revolução Solidária/PSOL. Foto: Divulgação

As eleições de 2026 recolocam a discussão sobre a crise do PSOL. O partido elegeu 14 deputados federais, mas o resultado não encerrou a disputa sobre seu futuro. O destino dessa organização dependerá da política que adotarão diante do governo Lula e das lutas do próximo período, pois esse resultado convive e também resulta de uma aproximação cada vez maior do PSOL com o governo Lula e com o PT.

A derrota eleitoral de Flávio Bolsonaro foi uma vitória da mobilização dos trabalhadores e da juventude, que ultrapassou os limites da campanha governista. Mas o novo governo Lula seguirá fazendo conciliação de classes,

comprometido com os interesses dos grandes empresários, dos bancos e do agronegócio. A força demonstrada nas ruas será necessária também para enfrentar o ajuste fiscal e os ataques aos direitos que virão do governo Lula, sem deixar de combater a extrema direita.

É diante dessa contradição que o PSOL terá de se posicionar. Depois de apoiarem Lula desde o primeiro turno, estarão dispostos a construir a luta contra os ataques do seu governo? Ou se contentarão com críticas pontuais? Evidentemente a ala ligada a Guilherme Boulos, que pode ir direto para o PT, aponta o caminho oposto a esse. Resta então o posicionamento dos setores da esquerda do PSOL. Com a possibilidade de saída dos setores mais petistas, farão oposição de esquerda ao governo?

DA RUPTURA COM O PT À INTEGRAÇÃO AO GOVERNO

O PSOL nasceu da resistência à reforma da Previdência do primeiro governo Lula e da ruptura com o PT. Em 2006, a candidatura de Heloísa Helena, numa frente com PSTU e PCB, alcançou 6,85% dos votos válidos. Apesar de seus limites e contradições, o partido disputava uma representação política à esquerda do governo.

O caminho seguido desde então levou o PSOL a uma posição oposta à que justificou sua fundação. O partido passou da oposição ao governo petista ao apoio a Lula desde o primeiro turno em 2022, à participação em seu governo e à renovação desse apoio em 2026. A conquista de mandatos passou a conviver com o abandono da disputa por uma alternativa nacional independente do PT.

Essa mudança se justificou pela necessidade de derrotar a extrema direita. Mas o governo de conciliação manteve o ajuste fiscal, os acordos com o Centrão e os interesses capitalistas que alimentam a exploração e a insatisfação popular. O bolsonarismo se fortaleceu, e sua derrota eleitoral exigiu a saída dos trabalhadores e da juventude às ruas, ultrapassando a própria campanha do PT.

Ao aderir ao governo, o PSOL compromete sua capacidade de disputar os trabalhadores com uma política independente. Pode conquistar votos para seus parlamentares e simultaneamente se enfraquecer como alternativa política. A existência de uma legenda separada não assegura, por si só, independência diante do PT. A participação em ministérios e os compromissos assumidos com a Frente Ampla criam responsabilidades diante de uma política que preserva os interesses capitalistas em detrimento das reivindicações da classe trabalhadora.

Ao aderir ao governo, o PSOL compromete sua capacidade de disputar os trabalhadores com uma política independente

DILEMA

Boulos, Erika e os caminhos da crise do PSOL

A disputa sobre uma federação com o PT tornou explícitas as diferenças sobre até onde levar essa

integração. Boulos, Erika Hilton e Revolução Solidária defendem uma aproximação mais direta com o PT. As tensões públicas envolvendo Erika revelam que a permanência na mesma legenda não encerrou o debate sobre o destino do partido.

O PSOL já perdeu algumas de suas principais referências públicas. Heloísa Helena deixou o partido para ingressar na Rede em 2015. Marcelo Freixo saiu para o PSB em 2021, defendendo a construção de uma aliança mais ampla para disputar o governo do Rio de Janeiro. Agora, a preparação da saída de Boulos, Erika e outros integrantes da Revolução Solidária, com 6 dos 14 deputados federais eleitos para o PT, coloca o partido diante de uma nova crise.

Para esse setor, a passagem ao PT leva adiante uma orientação que já aplica dentro do PSOL. Se a tarefa central é sustentar Lula e sua frente de conciliação, a existência de um partido separado passa a ser questionada em nome desse mesmo objetivo. A política de apoio ao governo acaba servindo de argumento para a absorção, pelo PT, de dirigentes e parlamentares que ganharam projeção no PSOL.

A saída da Revolução Solidária atingiria a representação parlamentar e a estrutura do partido. Mas sua permanência tampouco resolveria a crise: continuaria a pressão por uma integração maior ao PT. E a eventual saída da ala mais governista não apaga a responsabilidade dos setores de esquerda pela política que também ajudaram a aprovar.

A ESQUERDA DO PSOL ESTÁ COM A PALAVRA

A divergência sobre a integração ao PT não impediu que a esquerda do PSOL aprovasse, junto com

Boulos e a Revolução Solidária, o apoio a Lula desde o primeiro turno. Decidiram preservar a federação atual, mas sem romper com a política de subordinação ao governismo.

Essa opção também aparece na chamada Bancada da Esquerda Radical. Seu programa reúne reivindicações que respondem a parte das necessidades dos trabalhadores, mas não as vincula a uma estratégia de enfrentamento ao poder dos capitalistas e se omite na relação com o governo. Reestatizar empresas e planejar a economia são medidas cujo conteúdo depende de quem controla a produção e decide o destino da riqueza. Podem servir às necessidades dos trabalhadores ou permanecer subordinadas ao mercado e ao capital.

A mobilização pode impor concessões ao governo. Mas levar essas reivindicações até o fim exige enfrentar os interesses dos bancos, dos grandes empresários e do agronegócio que ele preserva. O governo de conciliação não é um instrumento neutro, cujo caráter depende de quem pressionar mais. Governa para preservar a propriedade, os lucros e o poder dos capitalistas. Apoiar esse governo mantém a expectativa de que ele possa realizar as mudanças e deixa de preparar os trabalhadores para enfrentá-lo.

A saída da Revolução Solidária atingiria a representação parlamentar e a estrutura do partido. Mas sua permanência tampouco resolveria a crise: continuaria a pressão por uma integração maior ao PT

JONES MANOEL

Da filiação democrática à militância no PSOL



Jones Manoel e a deputada do PSOL/MES, Samia Bomfim. Foto: PSOL/SP

Jones Manoel anunciou que sua relação com o PSOL vai além da filiação democrática para disputar as eleições: pretende militar no partido e trabalhar para fortalecê-lo como organização militante. Sua escolha coloca uma questão política: fortalecer o PSOL com qual orientação? O partido apoia o governo Lula, e transformá-lo numa organização mais militante não resolve esse compromisso.

A estratégia revolucionária que Jones reivindica exige enfrentar a política de conciliação de classes. Como pretende desenvolvê-la num partido que apoia Lula? Seu mandato poderá usar identidade comunista em abstrato, mas, para ser coerente com isso, sua atuação precisa contribuir para que os trabalhadores rompam com a conciliação de classes e se organizem de modo independente do governo.

A participação nas eleições e no parlamento deve estar a serviço de organizar os trabalhadores contra o capital e seus governos. Se, para preservar o espaço eleitoral, essa oposição é abandonada ou adiada, a flexibilidade tática passa a comprometer a estratégia revolucionária. Se a atuação parlamentar reforça a expectativa nas pequenas concessões como caminho para o socialismo, compromete a estratégia revolucionária que deveria orientar o mandato.

Os próximos embates tornarão essa discussão concreta para Jones e para o conjunto da esquerda do PSOL. Votarão contra todas as medidas de ajuste que retirem direitos, mesmo sob pressão do governo? Recusarão cargos, para que não carreguem a responsabilidade pela política governamental? Ajudarão a organizar greves e manifestações contra o governo, inclusive quando forem acusadas de favorecer a extrema direita?

Além disso, votar contra os ataques é necessário, mas não basta. Será preciso enfrentar a política que os produz e ajudar a construir a força social capaz de derrotá-los. Isso exige apoiar a organização nos locais de trabalho, estudo e moradia, fortalecer a decisão pela base e combater as tentativas de conter as lutas em nome da governabilidade. Romperá com o apoio ao governo ou seguirá tentando conciliar as reivindicações dos trabalhadores com os compromissos de um governo dos patrões?

GOVERNO LULA 4

Oposição de esquerda ou conselheiro do governo?



O presidente Lula e o deputado federal do PSOL Guilherme Boulos. Foto: Agência Brasil

A mobilização que derrotou o bolsonarismo no terreno eleitoral coloca essa disputa num terreno concreto. A luta por saúde e educação públicas exigirá enfrentar o arcabouço fiscal e a prioridade dada aos grandes investidores da dívida. A demarcação das terras indígenas encontrará pela frente os interesses do agronegócio e os acordos do Planalto com esse setor.

É diante desses conflitos que deve ser discutida a proposta de uma "governabilidade a quente". Nessa perspectiva, a mobilização serviria para pressionar o governo e, ao mesmo tempo,

sustentá-lo. Mas, quando o próprio governo agir para bloquear as reivindicações, preservar sua governabilidade significará impor limites à luta. A força que derrotou a extrema direita nas urnas não pode ser contida para garantir os compromissos de Lula com a classe dominante. Uma oposição de esquerda deve preparar os trabalhadores para ultrapassar esse limite: organizar sua força para impor as suas reivindicações e disputar uma saída própria, sem condicionar seus objetivos à continuidade do governo de conciliação.

O Futuro do PSOL dependerá dessa escolha. Se continuar ajudando Lula a governar, mesmo como ala crítica, o partido fortalecerá os setores que defendem sua integração ao PT. Para escapar desse abraço de urso, é preciso romper com o governo de conciliação de classes e construir uma oposição de esquerda que organize os trabalhadores em torno de um programa e de uma alternativa política própria. É impossível construir uma esquerda revolucionária a reboque do PT.■

PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Extrema direita promove demissões e boicotes contra quem votou no 13

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Deputado federal Nikolas Ferreira foi um dos que instigaram a perseguição política

Aliliane Souza Santos, conhecida como Lily do Acarajé, é uma empreendedora baiana que vive em Francisco Beltrão, no Paraná. Natural de Ilhéus, ela construiu seu negócio vendendo acarajé e outros pratos da culinária baiana. Mas na segunda-feira (26), um dia depois do segundo turno das eleições, descobriu que seu estabelecimento havia sido incluído em uma lista que convocava consumidores a boicotar comerciantes supostamente identificados com a esquerda.

Lily nunca fez campanha nem declarou apoio a qualquer candidato em seus perfis pessoais ou comerciais. Mesmo assim, foi alvo de mensagens

ofensivas e ataques xenofóbicos. Em áudios que circularam junto à lista, um homem insultava o acarajé e convocava as pessoas a não frequentarem o estabelecimento. A empreendedora registrou boletim de ocorrência, e a Polícia Civil investiga o caso.

A tentativa de prejudicá-la, porém, provocou uma reação de solidariedade. Moradores organizaram uma mobilização para comprar seus produtos e apoiar o empreendimento. Lily chegou a registrar recorde de vendas. O episódio revela como a perseguição política se mistura ao preconceito regional e atinge até quem sequer manifestou publicamente sua preferência eleitoral.

Em Fortaleza (CE), a perseguição teve consequências ainda mais diretas sobre os trabalhadores. Na segunda-feira (26), pelo menos 22 funcionários de uma fábrica de confecções foram demitidos. Segundo ação do Ministério Público do Trabalho (MPT), o proprietário havia ameaçado empregados antes da votação e, depois do resultado, reuniu os funcionários para anunciar as dispensas. A Justiça do Trabalho determinou, em decisão liminar, a reintegração dos 22 trabalhadores.

PARLAMENTARES ESTIMULAM A PERSEGUIÇÃO

Os casos não são isolados. O MPT recebeu 1.459 novas denúncias de assédio eleitoral nos três dias posteriores ao segundo turno. Somadas às anteriores, foram 3.396 denúncias em 2026. O crescimento coincide com a multiplicação de ameaças e campanhas para demitir trabalhadores que votaram em Lula.

A campanha foi estimulada por figuras públicas da extrema direita. A deputada estadual eleita Índia Armelau (PL-RJ) publicou mensagens incentivando empresários a conferir as redes sociais dos funcionários e demitir quem demonstrasse apoio a Lula. A deputada estadual eleita Jessicão (PL-PR) também defendeu a demissão de empregadas domésticas e trabalhadores petistas. Em Ijuí (RS), o vereador Almiro Correa Fortes Filho (PL) divulgou vídeos incentivando empresários a dispensar funcionários por sua opção política.

As listas de boicote também se espalharam por cidades como São Paulo, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e municípios do interior. Comerciantes e profissionais liberais foram expostos em grupos de WhatsApp, acompanhados de mensagens que convocavam consumidores a não comprar seus produtos nem contratar seus serviços.

PRÁTICAS AUTORITÁRIAS PRECISAM SER COMBATIDAS

A tentativa de identificar pessoas por suas convicções políticas e isolá-las economicamente lembra, guardadas as devidas proporções, métodos utilizados pelo nazismo. Em 1º de abril de 1933, o regime nazista organizou um boicote nacional a lojas, consultórios e negócios de propriedade de judeus na Alemanha. Integrantes das tropas nazistas ficavam diante dos estabelecimentos para intimidar clientes e impedir o funcionamento dos negócios. Aquela foi uma das primeiras ações coordenadas de exclusão econômica que antecederam uma perseguição muito mais ampla e o genocídio.

Não se trata de equiparar os episódios atuais à dimensão dos crimes nazistas, mas de reconhecer o perigo de práticas que procuram identificar, expor e punir pessoas por suas posições políticas. Listas de perseguição, ameaças de demissão e boicotes organizados por motivação ideológica não podem ser naturalizados.

GOVERNO E JUSTIÇA PRECISAM AGIR!

A Constituição garante a liberdade de pensamento e o pluralismo político. A Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho. O governo Lula, os governos estaduais e as prefeituras precisam adotar medidas para proteger os atingidos e garantir que as denúncias sejam investigadas. O Ministério Público e a Justiça devem responsabilizar empregadores e apurar a participação de parlamentares e outras figuras públicas que estimulam essas práticas.

É preciso garantir a reintegração dos trabalhadores demitidos, a reparação dos prejuízos e a proteção de comerciantes ameaçados. Sindicatos e organizações populares devem acolher denúncias e organizar a solidariedade aos atingidos.

O PSTU defende que a resposta não pode ficar restrita às instituições. É necessário fortalecer a organização independente dos trabalhadores, a ação dos sindicatos e a mobilização popular contra a extrema direita. Nenhum patrão é dono do voto de seus empregados. Nenhum comerciante deve ser perseguido por sua opinião política.■

POVOS INDÍGENAS SOB ATAQUE

Lula precisa agir para proteger os territórios indígenas e seus povos

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Foto: Reprodução/Sintietfal

Na manhã de 29 de outubro, a casa da rezadeira indígena Nandesy Roberta, de 90 anos, foi incendiada na Aldeia Jaguapiré, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o incêndio foi criminoso. Além de destruir a moradia da anciã, o fogo atingiu instrumentos sagrados utilizados nos rituais tradicionais do povo Guarani e Kaiowá.

O ataque aconteceu poucos dias depois da reeleição de Lula e integra uma série de denúncias de violência, ameaças e intimidações contra comunidades indígenas no estado. A vitória eleitoral de Lula não interrompeu a ação de setores racistas e de grupos interessados em avançar sobre os territórios tradicionais.

Na Aldeia Sassoró, também em Mato Grosso do Sul, circularam áudios com ameaças de envenenamento da água consumida pelos indígenas. Outras mensagens incitavam a retirada de direitos, o corte de serviços essenciais e até impedimentos ao acesso dos indígenas às cidades. Também foram denunciadas ameaças de morte e um atropelamento intencional contra um indígena na região de Coronel Sapucaia. As circunstâncias de cada episódio precisam ser investigadas e os responsáveis, identificados.

A Apib contabilizou mais de trinta denúncias de violência relacionadas ao processo eleitoral em Mato Grosso do Sul. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também registrou assassinatos na região, cujas circunstâncias estão sendo investigadas. Os números e os casos revelam a gravidade da situação enfrentada pelos povos originários.

A VIOLÊNCIA TEM RAÍZES NA DISPUTA PELOS TERRITÓRIOS

Embora as ameaças tenham ganhado força no contexto eleitoral, a violência contra os povos indígenas não começou agora. Ela está relacionada à disputa pela terra, à grilagem, ao garimpo, à exploração ilegal de madeira e à expansão do agronegócio sobre territórios tradicionais.

No Pará, a Terra Indígena Apyterewa, do povo Parakanã, é um exemplo dessa realidade. O Instituto Socioambiental denunciou ameaças de novas invasões e registrou um histórico de ataques armados contra os indígenas. A disputa envolve a presença de invasores, a exploração ilegal de terras e a pressão sobre quem luta para permanecer em seu território.

Os povos quilombolas e ribeirinhos também enfrentam ameaças e conflitos relacionados à concentração fundiária, à exploração econômica e à disputa pelos recursos naturais. A defesa dos territórios tradicionais precisa considerar a realidade de todas essas comunidades, sem confundir denúncias distintas nem deixar de investigar cada caso.

LULA É COBRADO: COMPROMISSOS PRECISAM SAIR DO PAPEL

As denúncias dos ataques ganharam destaques nas redes sociais, acompanhadas de cobranças ao governo Lula. Inclusive exige-se ações do "Exército de Lula", canal no WhatsApp comandado pelo deputado federal Janones. A Apib, que declarou apoio à reeleição de Lula, foi obrigada a se posicionar e encaminhou uma carta ao presidente cobrando medidas urgentes. Entre as reivindicações, estão a proteção imediata das comunidades ameaçadas, a investigação dos crimes, a responsabilização dos envolvidos e a demarcação de 73 terras indígenas que já aguardam a assinatura presidencial.

A organização também cobrou uma reunião com o presidente e a participação efetiva dos povos indígenas nas decisões do governo. As reivindicações expõem a distância entre os compromissos assumidos durante a campanha e a realidade enfrentada nos territórios.

Diante das denúncias, o governo anunciou uma força-tarefa envolvendo ministérios e órgãos federais, além de medidas de apoio à proteção das comunidades. São providências necessárias, mas

insuficientes diante da dimensão do problema. Não basta agir depois dos ataques: é preciso garantir proteção permanente, avançar nas demarcações e enfrentar os interesses que alimentam a violência.

DEMARCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DOS POVOS

O PSTU defende a demarcação imediata das terras indígenas e a titulação dos territórios quilombolas, além da regularização dos territórios tradicionais. Defende também o direito dos povos de decidir sobre seus territórios e modos de vida, com respeito à consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É necessário combater a grilagem, o garimpo ilegal e a exploração predatória dos recursos naturais, suspender megaprojetos que ameacem as comunidades e garantir que as populações atingidas tenham poder de decisão. Isso exige enfrentar os interesses dos grandes proprietários de terra e das empresas que tratam a natureza e os territórios como mercadoria.

A proteção dos povos não pode depender apenas da vontade dos governos. É fundamental fortalecer a organização independente das comunidades, suas mobilizações e alianças com os trabalhadores da cidade e do campo. O governo Lula precisa cumprir os compromissos assumidos, mas a garantia dos direitos e dos territórios depende da força da luta organizada.

Nem um ataque sem investigação e punição! Demarcação já! Em defesa dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e de seus territórios!■

FRANÇA

Estudantes e trabalhadores incendeiam a França

Manifestações pela educação se ampliam contra o alto custo de vida e se generalizam pela Europa

MARINA CINTRA,
DIRETO DE PARIS



Protesto no dia 17 de outubro em Paris. Foto: JJxFile

No final de setembro explodiram manifestações por toda a França. Em seguida, espalharam-se por toda a Europa e continuam tomando força pelo continente.

As manifestações na França iniciaram a partir dos estudantes. Eles reivindicam mais dinheiro para educação, estrutura para as escolas, contratação de professores e melhores condições de ensino. Na sequência, os estudantes universitários aderiram às mobilizações, e também setores de trabalhadores. Além do tema da educação, as lutas têm como pano de fundo o aumento da carestia e as medidas de austeridade que serão promovidas pelo governo com o orçamento estipulado para 2027. Também se critica muito o

investimento do governo Macron nas Forças Armadas e no envolvimento com o genocídio na Palestina, enquanto a educação se precariza.



Protesto em Paris no dia 1º de novembro

Assim como na França, manifestações contra projetos de austeridade e a carestia têm tomado corpo. Na Bélgica, Alemanha, Espanha, Itália, Albânia, Sérvia, Grécia, entre outros, espalham-se lutas de estudantes e trabalhadores. No dia 30 de outubro, por exemplo, houve greve geral na Itália. E se prepara a greve geral também na França, no dia 5 de novembro, e na Espanha, no dia 11.

ESTUDANTES ORGANIZAM BLOQUEIOS NAS ESCOLAS E MANIFESTAÇÕES

A luta na França começou com os estudantes secundaristas de bairros mais populares em Paris. As principais ações realizadas foram os bloqueios dos portões das escolas. Muitas vezes, essas ações são reprimidas pela polícia com gás de pimenta. A partir dessa ação, começaram a ser organizadas grandes manifestações, que logo foram aderidas pelos universitários.

As manifestações contaram com milhares de

estudantes e se expandiram pelo país. A resposta do governo e da polícia francesa? Repressão. De maneira brutal, com milhares de presos, principalmente menores de idade, e centenas de feridos. Um estudante chegou a ter sua mão amputada após os policiais utilizarem granadas supostamente de efeito moral.

Essa repressão gerou ainda mais revolta, e as manifestações cresceram e devem culminar na greve geral marcada para 5 de novembro. Durante os atos, existem muitos gritos de defesa da educação, mas também contra a repressão e contra o fascismo, como: “siamo tutti antifascisti” (Somos todos antifascistas!), “tout le monde déteste la police” (todo mundo detesta a polícia!); esses são os gritos mais comuns.

Além disso, muitas pessoas usam bandeiras da Palestina, e há muitos cartazes de alusão ao histórico processo de luta de Maio de 68, bem como cartazes exigindo a “demissão” do Macron, questionando qual futuro será deixado para a juventude, entre outros.

MANIFESTAÇÕES CRESCEM: A VOLTA DOS GILETS JAUNES

As revoltas do mês de outubro culminaram em três datas importantes: 17, 24 e 31. O dia 17 foi amplamente divulgado e construído, sendo conhecido como “a volta dos gilets jaunes” (coletes amarelos), grupo de trabalhadores que usa coletes amarelos e faz grandes ações radicalizadas. O dia 17 também unificou alguns sindicatos, que fizeram chamados ao dia de lutas, como a Confédération Générale du Travail (CGT) e o Solidaires, além de bombeiros, camponeses e

outros setores de trabalhadores. Todos esperavam muito entusiasmados pelo dia 17, que entregou o que prometeu: milhares de pessoas nas ruas da França e um dia intenso de lutas.

Nas ruas, muitos jovens, muitas palavras de ordem, mas também muita repressão. Foi um dia intenso em que as pessoas não queriam sair das ruas. A manifestação durou horas, e o poder público perdeu totalmente o controle. No dia seguinte, Macron disse, em declaração em rede nacional de televisão, que a violência pela qual a França havia passado naquele dia era inaceitável e que medidas cabíveis seriam tomadas (referindo-se aos saques de lojas e ao incêndio no prédio da prefeitura de Limoges), realizando um toque de recolher em certas regiões. Infelizmente, durante o toque de recolher, foi visto um desfile de um grupo fascista na cidade de Lyon, com bandeiras e símbolos fascistas, que de maneira nenhuma foi reprimido pela polícia, como fizeram com os estudantes. Importante dizer também que Macron, na noite anterior aos protestos, estava com sua esposa no show da Celine Dion, o que também gerou mais revolta entre a população.

As jornadas de 24 e 31 também foram marcadas por fortes mobilizações nacionais, ainda que um pouco menores devido às férias escolares (na França, os estudantes têm férias de duas semanas no mês de novembro). A manifestação do dia 31 de outubro foi marcada, também, por diversas pessoas fantasiadas, por ser o dia do Halloween, e com várias referências ao Brasil pós-eleição de Lula, que conseguiu derrotar Flávio Bolsonaro nas urnas.

GREVE GERAL

Após um mês intenso de mobilizações, em 2 de novembro as aulas voltaram nas escolas e universidades, e os estudantes novamente estão chamando novos bloqueios, para retomar as mobilizações. No dia 5 de novembro, sindicatos, estudantes e organizações constroem a greve geral no país.■



Protesto em Paris no dia 1º de novembro

ENTREVISTA

Portugal: “A acampada tem feito o governo tremer”

DA REDAÇÃO



Manifestação em Lisboa contra a crise de moradia. Foto: @em.luta.lit

Desde 17 de outubro, milhares de jovens estão mobilizados em Portugal contra o alto custo dos aluguéis, o déficit habitacional e a carestia. Inspirados pelo movimento que começou na Espanha, jovens e trabalhadores organizaram um acampamento na cidade do Porto e na Praça Rossio, em Lisboa, a “Acampada”, que enfrenta uma forte repressão da polícia do primeiro-ministro Luís Montenegro, mas se mantém forte e questiona não só o problema da moradia, mas o próprio modelo de cidade e os sucessivos governos que atuam em prol da burguesia e dos grandes fundos de investimento, em detrimento da população.



O *Opinião Socialista* conversou com João Veloso, ativista pelo direito à habitação da Acampada-Lisboa e militante do Em Luta, seção da Liga

Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) no país. Veloso relata a experiência da mobilização e a auto-organização dos jovens da acampada frente ao governo e à repressão.

COMO INICIOU A ACAMPADA EM PORTUGAL?

Na verdade, era algo que já vinha sendo sentido pelas pessoas há muito tempo, os preços dos aluguéis já estavam muito altos, e acabamos de certa forma sendo contagiados por aquilo que tem sido a acampada de Madri.

Então, vários coletivos decidiram organizar também uma acampada aqui em Lisboa. Ela começou ao final de uma manifestação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), uma das centrais sindicais, no dia 17 de outubro. Começamos a montar tendas e no mesmo dia fizemos nossa primeira assembleia popular.

Depois de três repressões policiais, após a polícia ter nos expulsado três vezes, voltamos sempre e até hoje continuamos. Estamos chegando à terceira semana resistindo, apesar de toda a repressão policial e da falta de respostas do governo ao problema da moradia.

COMO FUNCIONA ESSA ASSEMBLEIA POPULAR?

A assembleia popular, que fazemos todos os dias, é o órgão máximo da acampada. O espaço onde se tomam as decisões, com o microfone aberto, onde qualquer pessoa pode apresentar uma proposta, algo que as pessoas acham que a acampada pode fazer, sejam questões políticas, sejam organizativas. Desde as relações com os sindicatos, movimentos, até com as instituições, como a prefeitura.

Para além disso, a acampada se organiza em diferentes grupos de trabalho. Temos o grupo de trabalho da logística, da comunicação, da cozinha, de porta-vozes. Vários grupos que organizam a estrutura da acampada para que ela continue funcionando. Temos ainda uma cantina popular onde servimos diariamente entre 200 e 300 refeições para qualquer pessoa que passe por aqui, e também um espaço-criança, com uma programação voltada às crianças.

CONTE COMO ESTÁ SENDO A REPRESSÃO POLICIAL

Foram bastante violentas. A primeira foi no terceiro dia em que estávamos aqui, às 4h. A polícia começou a bater nas pessoas e a expulsá-las. Inclusive pessoas que estavam dormindo, a polícia alegou que estavam resistindo, mas elas estavam dormindo! Completamente surreal! Vários ativistas foram feridos, inclusive na cabeça.

A segunda repressão aconteceu depois de uma manifestação que organizamos, em que juntamos 25 mil pessoas. Uma manifestação gigantesca equiparada em tamanho às manifestações de 25 de abril. Fizemos nossa assembleia popular, e ficaram centenas aqui na praça, dispostas a resistir à polícia. Ficamos de braços dados, em várias linhas de resistência, a polícia começou a reprimir e muita gente foi ferida, foi horrível, várias pessoas espancadas no chão. E mesmo depois de a polícia ter dispersado as pessoas aqui no Rossio, a perseguição durou várias horas em diferentes pontos da cidade. É uma demonstração de que o objetivo da polícia não era apenas acabar com o acampamento.

Houve ainda grupos de extrema direita que perseguiram ativistas, como o Grupo 1143, inclusive com um esfaqueado. E estamos sofrendo ataques de diversos tipos, principalmente os imigrantes, como nosso companheiro Antônio Tonga.

QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO?

Algo determinante é esse movimento conseguir continuar vivo e mobilizando pessoas. Isso pode passar por várias coisas, a acampada continuar se juntando aos vários movimentos, chamar os sindicatos, as categorias, para fortalecer a luta, rumo a uma greve geral em defesa da moradia, contra o alto custo de vida e as nossas reivindicações. Temos essencialmente seis reivindicações: a revogação da lei do arrendamento; o fim das demolições e dos despejos; o fim da aquisição de habitações por fundos imobiliários; ampliação da habitação pública; recuperação de imóveis devolutos para habitação da população e a imposição de um teto para os aluguéis.

Essa acampada colocou várias questões em cima da mesa: tem feito o governo Montenegro tremer, apesar da dura repressão. E acho que essa mobilização também questiona o modelo de uma cidade essencialmente virada para o turismo e os grandes negócios, como as plataformas como Airbnb ou as redes de hotéis. Questiona, enfim, o modelo de governo do PSD e de governos anteriores, como o PS. ■

Leia a matéria na íntegra! **CLIQUE AQUI**

PSTU

Radicalize-se: seja um militante comunista!

DA REDAÇÃO



Foto: Romerito Pontes

A juventude e os trabalhadores que enfrentaram Bolsonaro nas ruas foram fundamentais para derrotá-lo nas urnas. Barramos um projeto autoritário e inimigo dos trabalhadores. Mas não podemos esperar mais quatro anos: a direita disputa a insatisfação popular todos os dias, e o PT, com sua conciliação com a burguesia, não é capaz de derrotá-la. É hora de transformar a indignação em organização e lutar para mudar o país.

Essa disposição não é exclusiva do Brasil. A onda de greves e manifestações na Europa mostra que trabalhadores e jovens estão dispostos a enfrentar governos e lutar por seus direitos. Nossa luta faz parte desse combate.

DERROTAMOS BOLSONARO, MAS NÃO SOMOS PETISTAS...
... SOMOS MUITO PIORES, SOMOS COMUNISTAS!

A extrema direita não acabou com a derrota de Bolsonaro. Manteve uma forte bancada no Congresso e seguirá atacando a classe trabalhadora. Para enfrentá-la, precisamos organizar nossa força nas ruas, nas fábricas, nos bairros e nas escolas.

Enfrentar a extrema direita pra valer, exige construir uma oposição de esquerda e socialista ao governo Lula. A conciliação com a burguesia preserva os interesses dos patrões e abre espaço para os ataques da direita. A situação dos povos indígenas expõe esse problema: mesmo eleito com o apoio de milhões que enfrentaram Bolsonaro nas ruas, Lula não garante a proteção desses povos contra bolsonaristas e latifundiários. Uma organização revolucionária precisa fazer o oposto: enfrentar os interesses da burguesia, combater a conciliação e organizar as lutas em defesa dos trabalhadores e dos setores populares, incluindo os povos indígenas, com independência de classe e um programa socialista.

Partidos como o PSOL se adaptaram às possibilidades eleitorais e apoiaram a conciliação de Lula com a burguesia, subordinando as reivindicações dos trabalhadores à defesa do governo. Repetem o caminho do PT: administrar o Estado a qualquer custo e abandonar, mesmo com boas intenções, a defesa intransigente dos trabalhadores e a construção de um campo político dos trabalhadores, independente da burguesia.

Superar o PT pela esquerda para construir um futuro socialista para o povo brasileiro é uma tarefa urgente. A conciliação com a burguesia não oferece uma saída para a classe trabalhadora. Não podemos deixar que a extrema direita se aproveite da insatisfação popular. Precisamos oferecer uma saída socialista e revolucionária a essa insatisfação, apoiada na mobilização e na organização dos trabalhadores.

Independência de classe, radicalidade, solidariedade com os povos do mundo e ligação com as lutas da classe trabalhadora são características fundamentais dessa alternativa. Nossa força está na luta da classe trabalhadora, unida para enfrentar a exploração e todas as formas de opressão.

Por que se organizar no PSTU?

O ódio à exploração e à injustiça precisa se transformar em organização revolucionária. Para mudar o Brasil pela raiz, precisamos compreender sua realidade e construir um programa para a revolução brasileira. Um programa que responda às necessidades dos trabalhadores e aponte para a ruptura com o capitalismo e a construção do socialismo.

Essa tarefa exige um partido revolucionário vinculado à classe operária, sem rabo preso com patrões ou governos. O PSTU se organiza para construir essa alternativa nas lutas, enfrentando a extrema direita e o governo de conciliação de Lula. Queremos reunir quem não aceita trocar a luta pelo socialismo pela administração de um sistema decadente que nada tem a nos oferecer.

Transforme sua indignação em organização

VEJA FORMAS DE SE ORGANIZAR COM A GENTE

Rebeldia: conheça a juventude da revolução socialista e organize a luta na escola, na universidade, no bairro e no trabalho.

Formação e Ação: participe dos encontros semanais on-line da Escola de Formação Marxista. Partindo de temas atuais, vamos discutir Estado, opressões, capitalismo, fascismo e socialismo para compreender a realidade e transformá-la.

Canal da Esquerda Revolucionária no WhatsApp: acompanhe os informes e as opiniões e saiba como participar das manifestações, dos cursos e das campanhas políticas.

Rede de Comunicadores: trabalha com mídia ou comunicação digital? Colabore com o Opinião Socialista e coloque suas ferramentas a serviço das lutas e da organização dos trabalhadores.

Filiação: filie-se ao PSTU. Venha discutir o programa, participar das lutas e construir o partido revolucionário. Transforme sua indignação em militância comunista!■

Acesse os canais:

CLIQUE AQUI